

COMPORTAMENTO ELEITORAL E SUB-REPRESENTAÇÃO EM CONTEXTO LOCAL: UM ESTUDO ACERCA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2008 A 2020) EM URUÇUCA/BAHIA

Emanuela Mendes Kruschewsky Góes¹

Resumo: A cada eleição, os eleitores são convocados a exercer seu direito de voto, tendo o papel de escolher o governante que melhor representa seus interesses. O objetivo deste trabalho é analisar a decisão de voto nas eleições municipais de Uruçuca entre 2008 a 2020. Assim, utilizou-se o banco de dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral sobre o perfil dos candidatos a vereadores e as variáveis gênero e raça desses candidatos, buscando identificar padrões e mudanças no comportamento eleitoral nas eleições municipais. Apesar da baixa representação feminina, com apenas 11 mulheres eleitas no período analisado, os dados sugerem que essa diferença não está diretamente relacionada ao gênero como fator determinante na escolha do voto, mas a outros fatores, como a estrutura partidária ou o número reduzido de candidaturas femininas, refletindo a predominância de candidatos do gênero masculino entre os eleitos.

Palavras-chave: Decisão de Voto; Política Local; Sub-representação; Uruçuca.

ELECTORAL BEHAVIOR AND UNDER-REPRESENTATION IN A LOCAL CONTEXT: A STUDY ON MUNICIPAL ELECTIONS (2008 TO 2020) IN URUÇUCA/BAHIA

Abstract: In each election, voters are called to exercise their right to vote, having the role of choosing the ruler who best represents their interests. The objective of this work is to analyze the voting decision in the municipal elections of Uruçuca from 2008 to 2020. Thus, the secondary database from the Superior Electoral Court on the profile of candidates for city councilors and the variables of gender and race of these candidates was used, aiming to identify patterns and changes in electoral behavior in municipal elections. Despite the low female representation, with only 11 women elected during the analyzed period, the data suggest that this difference is not directly related to gender as a determining factor in the choice of vote, but to other factors, such as the party structure or the reduced number of female candidacies, reflecting the predominance of male candidates among the elected.

Keywords: Voting Decision; Local Politics; Underrepresentation; Uruçuca.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: emanuelamkgoes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo eleitoral constitui um dos aspectos da democracia representativa, sendo o eleitor o principal responsável pela definição dos representantes políticos. No Brasil, as eleições ocorrem a cada dois anos entre pleitos federais, estaduais e municipais. Com base nessa dinâmica, a Ciência Política busca compreender como se dá a tomada de decisão dos eleitores, desenvolvendo modelos e teorias que explicam suas escolhas no momento do voto. Esse comportamento dos eleitores, enquanto campo de estudo, analisa as motivações e padrões que orientam os cidadãos durante esses processos. Autores como Figueiredo (1991), Castro (1992) e Borba (2005) identificam três principais correntes teóricas: a sociológica, que considera o contexto social e político do eleitor; a psicológica, que enfatiza vínculos partidários e identidades políticas; e a teoria da escolha racional, centrada em avaliações utilitaristas. Além disso, estudos mais recentes incorporam a noção da volatilidade nas eleições (Arquer, 2018), abordando a fluidez das preferências políticas e a alternância entre partidos e candidatos ao longo do tempo.

Este artigo tem por objetivo analisar o comportamento eleitoral e a dinâmica política no município de Uruçuca, no estado da Bahia, entre os anos de 2008 e 2020. A análise foca nos processos eleitorais para o Legislativo municipal, considerando as variáveis gênero, raça/cor e desempenho partidário, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O estudo investiga como as desigualdades estruturais se manifestam no nível local, partindo da hipótese de que, em municípios pequenos como Uruçuca, fatores como relações interpessoais e vínculos exercem maior influência na composição das candidaturas e dos padrões de escolha do eleitorado do que características como gênero e raça/cor. A escolha pelo município de Uruçuca justifica-se pela lacuna de estudos sobre o comportamento eleitoral em cidades de pequeno porte. Nessas localidades, as eleições costumam ser definidas em turno único, o que confere características específicas às disputas políticas, estratégias de campanha e proximidade entre candidatos e eleitores, elementos que podem influenciar significativamente o processo de decisão de voto. A literatura recente (Kerbaudy, 2009; Rocha e Kerbaudy, 2014; Silva, 2008) reforça a importância de ampliar investigações para compreender essas realidades. Ao analisar o caso de Uruçuca, busca-se compreender de que forma

fatores socioeconômicos, históricos e culturais influenciam na manutenção ou superação da sub-representação de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres e pessoas negras, na esfera legislativa municipal.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o uso de análise empírica e metodologia quantitativa, a abordagem foi descritiva e de caráter exploratório. Os dados do TSE foram sistematizados em gráficos e tabelas, permitindo a observação da composição das candidaturas, a distribuição partidária e os perfis dos eleitos. A pesquisa levou em conta mudanças institucionais e legislativas, como a introdução das cotas de gênero, a universalização do voto eletrônico, a possibilidade de reeleição e alterações no cálculo do quociente eleitoral, elementos que moldaram a atual conjuntura do sistema político brasileiro.

A coleta de dados baseou-se nas variáveis relacionadas ao número de candidatos a vereador, distribuição por partido e características dos candidatos, como gênero e cor/raça. O levantamento incluiu também o desempenho eleitoral das legendas e o perfil dos candidatos nas eleições de 2008, 2012, 2016 e 2020. Vale ressaltar que o trabalho não incorporou dados sobre composição partidária da Assembleia Legislativa da Bahia, nem análise da influência das coligações majoritárias em âmbito estadual, nem se há influência nos resultados das eleições proporcionais para o executivo municipal. Optou-se por uma abordagem restrita às eleições municipais de Uruçuca, considerando a proposta central, que é compreender a dinâmica eleitoral local.

A organização dos dados foi realizada em planilhas eletrônicas no *Microsoft Excel*, ferramenta utilizada para o cálculo de percentuais, distribuição proporcional e visualização gráfica das informações. A análise teve como objetivo identificar padrões na participação dos partidos ao longo das quatro eleições, observando oscilações no número de candidaturas, variações no apoio do eleitorado e alterações na distribuição de cadeiras no legislativo municipal. Foi feita também uma análise comparativa dos perfis dos candidatos eleitos, buscando verificar se houve avanço na representatividade em termos de gênero e cor/raça.

A variação observada nas preferências eleitorais entre as eleições foi identificada por meio da alternância de votos entre partidos, permitindo compreender

a dinâmica da competição eleitoral local. Segundo Arquer (2018), essas mudanças na distribuição dos votos e nas escolhas partidárias, ao longo do tempo, são indicadores importantes para avaliar o grau de estabilidade ou volatilidade do sistema partidário municipal. A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa pretende contribuir para o entendimento das particularidades do processo eleitoral em municípios de pequeno porte, como Uruçuca, revelando as nuances da adesão partidária e da organização política local.

3 COMPORTAMENTO ELEITORAL E DECISÃO DE VOTO

Segundo Adam Przeworski (2024), ser democrático depende dos valores atribuídos à democracia enquanto sistema no qual os cidadãos decidem coletivamente quem os governará. Esse conceito baseia-se na liberdade de escolha dos eleitores e na possibilidade de instituírem seus representantes por meio de mecanismos institucionais. Para o autor, a essência da democracia reside na capacidade dos indivíduos de votar e revogar suas decisões de maneira livre e conforme os procedimentos estabelecidos.

A eleição, conforme define Figueiredo (1991), é uma instituição social, ou seja, um rito repetido que culmina na apuração dos votos, a qual representa o fim de um processo social. Nesse contexto, o voto é condicionado por uma avaliação do eleitor acerca dos benefícios potenciais de sua escolha. De acordo com o autor, os eleitores são sujeitos sociais: trabalhadores, consumidores, contribuintes, proprietários, pessoas com distintas orientações religiosas, étnicas e ideológicas. A decisão de voto está atrelada a essa bagagem social e à história individual de cada cidadão.

Kerbaui e Dias (2017, p. 62) reforçam essa visão e destacam que os atributos sociais podem influenciar diretamente as oportunidades e escolhas políticas dos indivíduos. As teorias do comportamento eleitoral buscam compreender as motivações por trás dessas escolhas. De acordo com Figueiredo (1991, p. 15), o voto revela preferências políticas, que podem estar ligadas a partidos, candidatos ou ideologias. Essas preferências são moldadas por diversos fatores e manifestam-se nas atitudes e crenças políticas dos eleitores. Para Cavalcante (2015, p. 89), o voto também expressa avaliação de desempenho governamental, funcionando como mecanismo de punição ou recompensa.

Três abordagens principais orientam o estudo do comportamento eleitoral: a teoria sociológica, a psicológica e a da escolha racional. A teoria sociológica, conforme Figueiredo (1991) e Borba (2005), considera que o comportamento político é influenciado pelo contexto social, institucional e ideológico dos eleitores. Grupos com condições econômicas, demográficas e ocupacionais semelhantes tendem a apresentar padrões de voto semelhantes. A participação política, nesse caso, é uma extensão da socialização, isto é, como esse indivíduo age em suas redes sociais, que moldam suas atitudes e opiniões.

A teoria psicológica, por sua vez, tem origem nos estudos da Universidade de Michigan e ganhou força com o uso de *surveys* nas Ciências Sociais. Essa abordagem busca compreender o comportamento político a partir de percepções, motivações e atitudes dos indivíduos em relação ao sistema político (Borba, 2005, p. 156). Elementos como identificação partidária e localização ideológica são centrais nesse modelo, e a socialização política é fundamental para a formação de opiniões e atitudes políticas (Kerbaudy; Dias, 2017; Figueiredo, 1991).

Já a teoria da escolha racional, desenvolvida por Anthony Downs (1999), argumenta que o eleitor atua de forma instrumental, buscando seus interesses e diminuindo os custos da decisão. A ideologia funciona como atalho, ajudando o eleitor a selecionar candidatos e partidos que se aproximam de suas convicções (Castro, 1992). Entretanto, o cidadão possui alternativas, que são condicionadas pelo contexto que o cerca (Cavalcante, 2015). O modelo racional inclui dois mecanismos principais de *accountability* (Fearon, 1999 *apud* Cavalcante, 2015): punição e seleção. O eleitor pode penalizar um político por um mau desempenho ou premiá-lo, caso atenda suas expectativas. A lógica do voto também pode ser influenciada por experiências anteriores, acesso às informações e identificação com os candidatos. Assim, o comportamento eleitoral é um campo variado no qual se articulam aspectos sociais, psicológicos e racionais do eleitorado. Cada teoria oferece visões distintas, mas complementares, para que se compreenda como os eleitores decidem quem os representará, considerando tanto o contexto individual quanto o coletivo.

4 POLÍTICA LOCAL

A autonomia política dos municípios brasileiros foi significativamente reforçada pela Constituição Federal de 1988, que consolidou a capacidade de autogoverno dos entes municipais (Carneiro e Almeida, 2008, p. 407). Essa autonomia se expressa na possibilidade de os cidadãos elegerem diretamente seus prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, garantindo a constituição de sistemas políticos locais, com relativa independência em relação aos demais entes da federação. Tais mudanças marcaram a consolidação do federalismo brasileiro em três esferas de governo: federal, estadual e municipal, sendo esta última composta de competências legislativas e administrativas próprias, regulamentadas por suas leis orgânicas (Rocha, 2021). O processo de redemocratização e a Constituição de 1988 introduziram importantes transformações no sistema eleitoral, incluindo novas regras que impactam diretamente o funcionamento da política local.

No Brasil, o termo "política local" refere-se às práticas e relações de poder estabelecidas no âmbito municipal, abrangendo a prefeitura, a câmara de vereadores e as instituições sociais vinculadas à esfera local (Daniel, 1988 *apud* Silva, 2008, p. 70). No entanto, como observam Rocha e Kerbauy (2014), o uso do termo "município" no contexto brasileiro é vago e abstrato, dada a diversidade de realidades encontradas entre municípios, que variam amplamente em população, extensão territorial e estrutura política. Assim, os municípios não se limitam a uma categoria geográfica, mas atuam como unidades políticas fundamentais na experiência cidadã e no exercício do poder.

A descentralização institucional também deu lugar a um sistema de competição política no nível municipal, regido por regras semelhantes às das demais esferas, mas com dinâmicas e particularidades locais (Carneiro e Almeida, 2008). A política local, nesse contexto, envolve uma série de interações entre eleitores, representantes e partidos, incluindo disputas pelo controle do Executivo e sobre a atuação do Legislativo, além das relações mantidas com grupos sociais e econômicos da comunidade (Rocha; Kerbauy, 2014, p. 189).

Kerbauy (2016) destaca que o poder local se transformou desde o período do regime militar. O poder político, enquanto prática institucionalizada, manifesta-se no

plano local, com interdependência específica entre governantes e governados. Compreender essa dinâmica é essencial para a análise das estruturas políticas e das formas de dominação que se estabelecem em municípios (Fisher, 1992 *apud* Silva, 2008, p. 70). No passado, a política local foi marcada por práticas clientelistas lideradas por figuras conhecidas como coronéis. Esses líderes exerciam controle sobre os eleitores por meio do voto de cabresto e pela troca de favores (Leal, 1975, p. 23), transformando suas bases eleitorais em feudos políticos. Embora esse modelo tenha perdido força com o avanço da democratização e o acesso à informação, seus traços permanecem presentes em dinâmicas locais até os dias atuais.

Com a urbanização, o aumento da escolarização e o acesso aos meios de comunicação, a dinâmica de escolha de voto e participação eleitoral também se modificou (Rocha; Kerbauy, 2014). Atualmente, o prefeito é o ator político que detém o protagonismo no município, além de prerrogativas decisórias e controle de recursos (Rocha, 2021, p. 192). No entanto, sua capacidade de governar depende do apoio da câmara de vereadores e, quando não há maioria aliada, o prefeito precisa negociar esse apoio, o que pode comprometer sua agenda (Vasquez *et al.*, 2021, p. 8).

Há contextos em que não ocorre o chamado efeito *coattail*, isto é, quando a popularidade do Executivo não se transfere aos candidatos legislativos aliados, podendo comprometer a governabilidade, tornando-a incerta. Nesse cenário, a composição de coligações e acordos pré-eleitorais assume um papel estratégico para os partidos, que buscam ampliar sua presença no Legislativo e garantir base de apoio ao Executivo (Golder, 2005 *apud* Vasquez *et al.*, 2021; Carneiro e Almeida, 2008). Os partidos políticos, por sua vez, devem articular-se em torno das clivagens sociais existentes, representando diversos segmentos da sociedade e adaptando as suas estratégias às especificidades da política local (Arquer, 2018, p. 672).

A formação de bancadas expressivas e a manutenção do controle do Executivo tornam-se objetivos centrais das lideranças partidárias locais. Assim, ao escolher seus representantes, o eleitor combina preferências individuais com o contexto social e político em que está inserido. De acordo com Arquer (2018), essa combinação é mediada por instituições, práticas cotidianas e ideologias que moldam o comportamento eleitoral e influenciam as decisões de voto. Nesse cenário, destaca-se a fragilidade institucional das câmaras municipais, que são frequentemente descritas

como espaços de atuação assistencialista e de baixo protagonismo político (Rocha, 2021, p. 192). A dependência do Legislativo em relação ao Executivo gera uma tendência ao governismo, a aprovação automática das propostas do prefeito, o que pode enfraquecer o papel de fiscalizar e deliberar dos vereadores.

A dinâmica política local também é sensível ao perfil populacional e ao tamanho dos municípios. Em localidades menores, a interação entre representantes e representados é mais intensa, e a atuação política tende a se organizar em torno de alianças informais e laços pessoais, muitas vezes à margem da lógica estritamente partidária (Rocha; Kerbaui, 2014, p. 23). Já nos municípios maiores, a atuação partidária estruturada contribui para reduzir problemas de ação coletiva no Legislativo, conferindo maior estabilidade aos acordos políticos. A política local brasileira passou por um processo de reconfiguração institucional e simbólica do coronelismo à organização democrática, baseada em leis orgânicas, eleição direta e novas formas de articulação política. Mesmo com esses avanços, as dinâmicas de poder nos municípios ainda reproduzem desigualdades históricas e práticas políticas, que exigem análise aprofundada e constante vigilância democrática. Essas desigualdades seguem limitando o acesso e a permanência de mulheres e pessoas negras nos espaços de representação. Mesmo após a implementação de cotas de gênero e da autodeclaração racial nas candidaturas, a presença desses grupos permanece aquém de sua proporção no eleitorado, refletindo tanto barreiras estruturais dentro dos partidos quanto padrões culturais que privilegiam homens brancos nas disputas eleitorais municipais.

5 ANÁLISE SOBRE A VEREANÇA NO MUNICÍPIO DE URUÇUCA/BAHIA

O município de Uruçuca localiza-se no Território de Identidade Litoral Sul do estado da Bahia. Segundo consta na página da Câmara Municipal (2024), a cidade era um distrito criado com a denominação de Água Preta, pelo Decreto Estadual n.º 8.678, de 13 de outubro 1933, subordinado ao município de Ilhéus e elevado à categoria de município com a denominação de Uruçuca, pela Lei Estadual n.º 516, de 12/12/1952, consequentemente, desmembrado de Ilhéus. Segundo dados de 2022 do TSE, com uma população de 21.420 habitantes (IBGE, s/d), sendo 68,8% autodeclarados pretos/pardos no censo de 2022 e 18.752 eleitores registrados (TSE, 2024), Uruçuca atualmente dispõe de 11 cadeiras no Legislativo municipal.

A Constituição de 1988 garantiu aos municípios brasileiros autonomia para eleger seus próprios representantes nos poderes Executivo e Legislativo, além de possibilitar a criação de leis orgânicas e atribuir aos municípios a responsabilidade pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas à população local. As eleições municipais ocorrem a cada quatro anos e, a partir do pleito de 1996, quatro mudanças passaram a marcar o processo eleitoral, conforme apontado por Fleischer (2002, p. 81). A primeira foi a possibilidade de reeleição imediata dos prefeitos eleitos naquele ano, aprovada por meio de emenda constitucional em 1997. A segunda foi a universalização do uso das urnas eletrônicas, inicialmente testadas em 50 grandes cidades brasileiras. A terceira mudança foi o aumento da cota mínima de candidaturas femininas para as câmaras municipais, passando de 20% para 30%. Por fim, a quarta modificação refere-se ao cálculo do quociente eleitoral para as eleições proporcionais, passando a considerar apenas os votos válidos, excluindo votos brancos e nulos.

No que se refere ao sistema proporcional, o quociente eleitoral é calculado com base na divisão do total de votos válidos pelo número de cadeiras disponíveis no Legislativo municipal. Os votos excedentes obtidos pelos candidatos que superam esse quociente são transferidos ao partido ou coligação, se existir. Da mesma forma, votos atribuídos ao partido (votos de legenda) e votos dados a candidatos que não atingem o quociente também são incorporados ao total da legenda, configurando um sistema de *pooling* de votos, no qual o eleitor vota em um candidato individual, mas esse voto pode contribuir para a composição partidária na totalidade (Mattos; Garcez, 2017, p. 834). De acordo com Braga e Amaral (2013, p. 33), os partidos selecionam candidatos com base em critérios estratégicos, visando compor uma lista viável eleitoralmente. Diante do alto quociente exigido para a eleição, grande parte dos candidatos ao Legislativo depende da votação obtida por outros integrantes da lista partidária para garantir sua eleição.

Os partidos, que participaram das eleições municipais de Uruçuca entre os anos de 2008 e 2020, variaram de acordo com os anos, considerando que as regras eleitorais podem sofrer alterações ao longo do tempo, sendo comum que partidos presentes em um ciclo eleitoral estejam ausentes em outro, por não lançarem candidaturas ou por fusão com outras legendas. Exemplos recentes incluem a incorporação do Partido Social Cristão (PSC) ao Podemos (PODE) em 2022 e a fusão entre o partido Democratas

e o Partido Social Liberal (PSL), que originou o União Brasil em 2021. Além disso, é importante observar que, até as eleições de 2016, vigoravam as coligações proporcionais, o que impactou diretamente na composição das chapas. A Tabela 1 apresenta os partidos que participaram das eleições municipais em Uruçuca/Ba nos pleitos de 2008 a 2020.

Tabela 1 - Número de candidatos por partido

NÚMERO DE CANDIDATOS / ELEIÇÕES					
PARTIDOS	2008	2012	2016	2020	TOTAL
PRB	4(5,48%)	-	1(0,95%)	-	5
PP	8(10,96%)	11(11,22%)	3(2,86%)	10(9,26%)	32
PDT	-	7(7,14%)	4(3,80%)	17(15,74%)	28
PT	4(5,48%)	9(9,18%)	7(6,67%)	15(13,89%)	35
PTB	1(1,37%)	3(3,06%)	4(3,81%)	6(5,56%)	14
PMDB	7(9,59%)	3(3,06%)	5(4,76%)	-	15
PSL	4(5,48%)	9(9,18%)	8(7,62%)	-	21
PTN	4(5,48%)	4(4,08%)	2(1,90%)	-	10
PSC	6(8,22%)	-	4(3,81%)	-	10
PR	3(4,11%)	1(1,02%)	-	-	4
PPS	1(1,37%)	-	4(3,81%)	-	5
DEM	8(10,96%)	5(5,10%)	11(10,47%)	17(15,74%)	41
PSDC	1(1,37%)	1(1,02%)	2(1,90%)	-	4
PRTB	-	2(2,04%)	1(0,95%)	-	3
PHS	-	3(3,06%)	1(0,95%)	-	4
PMN	-	2(2,04%)	9(8,57%)	-	11
PSB	-	2(2,04%)	7(6,67%)	9(8,33%)	18
PTC	5(6,85%)	7(7,14%)	-	-	12
PRP	2(2,73%)	-	1(0,95%)	-	3
PSDB	9(12,33%)	2(2,04%)	3(2,86%)	17(15,74%)	31
PATRIOTA	-	-	4(3,81%)	-	4
PSD	-	3(3,06%)	2(1,90%)	17(15,74%)	22
PT do B	6(8,22%)	2(2,04%)	4(3,81%)	-	12
SD	-	-	2(1,90%)	-	2

PV	-	14(14,29%)	8(7,62%)	-	22
PMB	-	-	5(4,76%)	-	5
PPL	-	3(3,06%)	-	-	3
PROS	-	-	3(2,86%)	-	3
PC do B	-	5(5,10%)	-	-	5

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024).

O aumento no número de vagas nas eleições municipais ocorreu em 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 58, que permitiu a ampliação das cadeiras legislativas conforme o crescimento populacional, seguindo os dados do IBGE (Câmara Municipal de Uruçuca, 2024). Segundo Kerbaux (2009), os critérios para definição do número de vereadores seguiam as determinações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, em 2004, adotou o princípio da proporcionalidade, estabelecendo a relação de um vereador para cada grupo de 47.619 habitantes. Essa alteração resultou na extinção de 8.528 vagas nas eleições daquele ano. Posteriormente, a PEC n.º 333/2004, aprovada em 2008, fixou entre 9 e 55 cadeiras para os legislativos municipais, a depender da população do município. A medida resultou na criação de até 9.000 novas vagas no país, elevando o total de cadeiras para 59.611, um acréscimo de 7.616 vagas em relação a 2008 (Kerbaux, 2009). O sistema eleitoral proporcional em vigor no Brasil baseia-se no cálculo do quociente eleitoral, obtido pela divisão dos votos válidos pelo número de cadeiras disponíveis. Os votos excedentes de candidatos bem votados, assim como os votos de legenda e os votos dados a candidatos que não atingem o quociente, são redistribuídos ao partido. Nesse contexto, a viabilidade eleitoral da lista partidária depende da estratégia adotada pelos partidos ao selecionar seus candidatos (Braga; Amaral, 2013), sendo comum que os candidatos ao Legislativo dependam dos votos recebidos por outros integrantes da legenda para alcançar a eleição.

Em 2008, participaram das eleições municipais de Uruçuca 16 partidos, com um total de 73 candidatos. O Partido Progressista (PP) e o DEM lançaram 8 candidatos, e o partido que mais lançou candidaturas durante este pleito foi o PSDB com 9 candidatos. Em 2012, o número de candidatos aumentou para 98 candidaturas e 21 partidos pleitearam vagas. O Partido Verde (PV) liderou com 14 candidatos, seguido pelo PP com 11 candidatos, e o PT e PSL com 9 candidaturas, respectivamente. Os partidos com menor número de candidatos nesta eleição foram o PR e o PSDC (hoje Democracia Cristã – DC), com apenas um representante cada.

Nas eleições de 2016, observou-se uma redução no número de candidatos em alguns partidos, mas um aumento total nas candidaturas, que subiram para 105 candidatos. O partido que reduziu o número de candidatos foi o PP, que em 2012 havia apresentado 11 candidatos, mas registrou apenas três em 2016. O partido DEM foi o que apresentou o maior número de candidatos naquele ano, com 11 nomes, seguido do PMN (Partido da Mobilização Nacional), atual MOBILIZA, com nove candidatos. Já o PV, que havia apresentado 14 candidatos quatro anos antes, reduziu para oito.

O pleito de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia de Covid-19, que exigiu adaptações institucionais. O calendário eleitoral foi alterado e a votação, tradicionalmente realizada em outubro, foi adiada para 15 de novembro. Além da pandemia, mudanças importantes, como a proibição das coligações proporcionais e a redução do tempo de campanha eleitoral, influenciaram o processo eleitoral (Peixoto *et al.*, 2024).

O contexto político também foi impactado por transformações estruturais, como o declínio da tradicional polarização PT-PSDB e o aumento da desconfiança popular em relação às instituições democráticas, incluindo os partidos políticos (Vasquez *et al.*, 2021). Em 2020, participaram da disputa oito partidos, totalizando 108 candidatos ao Legislativo municipal. O Democratas (DEM) lançou 17 candidatos, assim como os partidos PDT, PSDB e PSD, também apresentaram o mesmo número. Observa-se que dois desses partidos com maior número de candidaturas, o DEM e o PSDB, mantiveram presença contínua nas eleições, com destaque para o desempenho do DEM, que foi favorecido pela adesão do eleitorado em duas eleições consecutivas. Esse cenário revela que a quantidade de cadeiras em disputa afeta diretamente a estratégia dos partidos e as decisões dos eleitores, influenciando a competição eleitoral. Em 2020, a variação no número de candidatos por legenda demonstrou o protagonismo de partidos como DEM e PSDB, ao passo que legendas menores apresentaram desempenho limitado.

A Tabela 2 apresenta a quantidade de candidatos eleitos por partido no município de Uruçuca ao longo das quatro eleições analisadas. Em 2008, entre os 16 partidos participantes, o DEM e o PRB não conseguiram eleger nenhum representante, mesmo tendo lançado oito e quatro candidatos, respectivamente. O DEM não obteve êxito nas eleições de 2008 e 2012, mas conquistou um total de dez cadeiras, considerando as duas eleições seguintes. O Partido dos Trabalhadores (PT) destacou-

se por ser o único com representação nas quatro eleições analisadas. Já o PSC (Partido Social Cristão), que elegeu dois candidatos em 2008, lançou quatro candidatos nas eleições de 2016 e nenhum em 2020. Após as eleições, no ano de 2022, o partido foi incorporado ao Podemos (PODE).

Tabela 2 - Quantitativo de eleitos por partido
NÚMERO DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO

PARTIDOS	2008	2012	2016	2020	TOTAL
DEM	-	-	4 (36,3%)	6 (54,5%)	10
PP	1 (11,1%)	3 (27,3%)	-	1 (9,1%)	5
PDT	-	1 (9,1%)	3(27,3%)	1 (9,1%)	5
PT	1 (11,1%)	1 (9,1%)	1 (9,1%)	1 (9,1%)	4
PSDB	1 (9,1%)	-	-	2 (18,2%)	3
PTB	1 (11,1%)	1 (9,1%)	-	-	2
PSD	-	1 (9,1%)	1 (9,1%)	-	2
PMDB	1 (11,1%)	1 (9,1%)	-	-	2
PT do B	1 (11,1%)	1 (9,1%)	-	-	2
PSC	2 (22,2%)	-	-	-	2
PSB	-	1 (9,1%)	-	-	1
PMN	-	-	1 (9,1%)	-	1
PV	-	1 (9,1%)	-	-	1
PR	1 (11,1%)	-	-	-	1
PROS	-	-	1 (9,1%)	-	1

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024).

Nas eleições de 2008, o PP elegeu um vereador, repetindo esse desempenho apenas em 2020, pois, em 2012 elegeu três representantes e, em 2016, o partido não obteve êxito nas urnas. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) não teve representantes eleitos em 2008, conquistou uma cadeira em 2012 e três em 2016 e, em 2020 voltou a eleger um vereador. O Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu um candidato em cada uma das quatro eleições analisadas.

Segundo Araújo (2005), há um perfil ideológico dos eleitores, assim, ele sugere que parte desse segmento tende a apoiar ou se identificar com candidatos deste partido ou com aqueles candidatos vinculados à esquerda. O PTB elegeu um vereador em 2008 e outro em 2012, mas não conseguiu eleger nenhum nas duas eleições seguintes. O Democratas (DEM), por sua vez, não obteve representação em 2008 nem nas eleições seguintes de 2012; no pleito de 2016 obteve quatro cadeiras, e em 2020 ampliou esse número para seis, totalizando mais da metade das vagas disponíveis. Em relação aos partidos PSB, PRB, PMN, PV, PR e PROS, cada um elegeu um vereador em uma das eleições analisadas. A partir de 2012, com a ampliação das vagas na Câmara de Vereadores de Uruçuca, que passou de nove para 11 cadeiras após as mudanças ocorridas em 2009, ampliando as possibilidades de representação política e entrada de novos atores políticos no legislativo local.

A análise dos dados da Tabela 2 aponta que o eleitorado de Uruçuca possui uma preferência variável entre as eleições. O destaque se dá a partidos que apresentam uma presença forte e contínua nas eleições locais, como é o caso do DEM, que elegeu 13 vereadores ao longo das eleições examinadas, indica que esse partido conseguiu alinhar suas propostas e candidatos com as expectativas do eleitorado, consolidando-se nas eleições de 2016 e 2020. Além disso, o fato de o DEM ser o partido que mais inscreveu candidatos (ver Tabela 1), reflete uma alta visibilidade no município, demonstrando forte empenho nas disputas, o que impacta diretamente na decisão dos eleitores.

Os partidos PP e PDT elegeram cinco vereadores. O PT manteve representantes eleitos nas quatro eleições analisadas, contou com 35 candidatos entre 2008 e 2020, conseguindo eleger um representante em cada ano eleitoral, embora não tenham atingido a mesma força dominante do DEM. O PP apresentou um total de 32 candidatos ao longo do período, enquanto o PDT teve 28 concorrentes, menos que os 41 do DEM. A atuação desses partidos pode ter sido percebida pelo eleitorado, mas de forma menos expressiva. O PSDB conquistou três cadeiras, sendo uma em 2008 e duas em 2020, o que indica um interesse moderado por parte dos eleitores, mas ainda assim menos significativo no município. Em contrapartida, partidos com desempenho eleitoral mais modesto, como PTB, PSD, PMDB, PT do B e PSC, elegeram dois vereadores cada

ao longo do período analisado, evidenciando um apoio restrito a determinados grupos do eleitorado.

Já partidos como PSB, PMN, PV, PR e PROS conseguiram eleger apenas um representante, o que sugere que os eleitores escolhem seus candidatos considerando tanto a identificação com o partido e suas propostas, quanto às características e o perfil dos candidatos. Esses resultados reforçam a tendência de concentração do voto em partidos que apresentam maior continuidade nas disputas, como o DEM, que consolidou sua posição dominante nas eleições de 2016 e 2020.

6 PERFIL DOS CANDIDATOS E ELEITOS EM URUÇUCA/BA (2008- 2020)

A decisão do eleitor, quando racional, é influenciada pelo contexto em que vive e pelas alternativas disponíveis, especialmente entre os mais escolarizados (Cavalcante, 2015). Compreender o comportamento eleitoral exige analisar tanto a racionalidade das escolhas quanto o contexto social do eleitor. A decisão pelo voto envolve uma avaliação de custo-benefício, buscando vantagens políticas, econômicas e sociais com a vitória do candidato de sua preferência.

O município de Uruçuca, com população estimada em 20.413 habitantes, segundo dados de 2019 (IBGE, s/d), tinha 18.433 eleitores em 2020, responsáveis por eleger 11 vereadores. Dados do TSE (2008–2020) foram analisados com foco em gênero e cor/raça, evidenciando questões de representatividade. Desde 1998, a cota de gênero exige, ao menos, 30% de candidaturas de cada sexo (Nicolau, 2006).

Conforme Kerbauy (2005), as Câmaras Municipais brasileiras são majoritariamente compostas por homens, apesar de o eleitorado ser majoritariamente feminino, não sendo apenas visto nas Câmaras Municipais, mas também na Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas. Em 2008, das 73 candidaturas apenas 11 foram de mulheres, sendo eleita apenas uma, o que corresponde a 11% das nove vagas disponíveis. Em 2012, com a ampliação para 11 cadeiras, houve um crescimento nas candidaturas femininas, de 12 para 31. Nesse ano, a identificação considerou também o nome das candidatas, além da variável “gênero”, totalizando 32 candidatas. Ainda assim, a presença feminina eleita continuou baixa.

Em 2016 e 2020, as mulheres representaram cerca de 31% das candidaturas, com uma ligeira variação no número absoluto (33 e 35 candidatas, respectivamente), enquanto o número de candidatos homens manteve-se estável. Nota-se que os

eleitores optaram por escolher candidatos homens na urna. Mesmo com o aumento das candidaturas femininas, não houve aumento na escolha dos eleitores por candidatas.

No total da variável gênero, entre 2008 e 2020, mulheres conquistaram menos cadeiras em comparação aos homens. Apesar da política de cotas, a presença feminina permanece limitada, evidenciando que apenas a exigência legal não foi suficiente para reverter o quadro de sub-representação no município. Chaves e Mancuso (2020) apontam como o financiamento eleitoral e como o papel dos partidos políticos são determinantes no estímulo ou na restrição da participação feminina. Para Araújo (2005), o sistema de lista aberta e a individualização da competição possibilitam que essa tendência inercial opere de modo desfavorável às mulheres, principalmente, no momento da distribuição de apoio e/ou investimentos partidários.

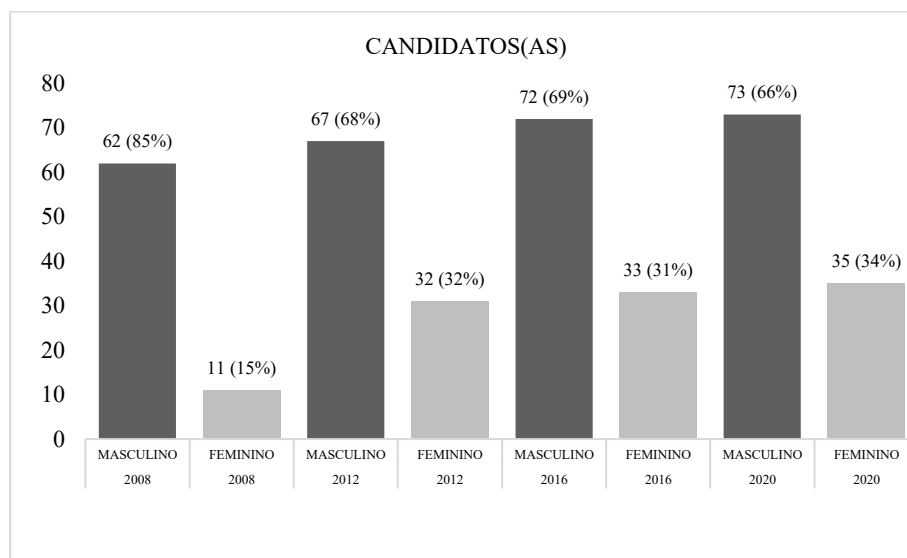
O gráfico 1 mostra o aumento das candidaturas ao cargo de vereador em Uruçuca entre 2008 e 2012, passando de 73 para 98 concorrentes para 11 vagas. Esse crescimento acompanha os efeitos da PEC n.º 333/2004, que redefiniu o número de cadeiras legislativas com base no tamanho populacional dos municípios (Kerbaux, 2009). A ampliação das candidaturas femininas pode influenciar na decisão do eleitor de diversas maneiras, conforme seu nível de racionalidade e percepção sobre o papel das mulheres na política.

Observa-se que, em 2008, apenas 11 mulheres concorreram ao pleito, na eleição seguinte, aumentou para 32 candidaturas femininas, mostrando, assim, os primeiros impactos das cotas de gênero. Os eleitores, cientes dessas pautas, podem valorizar candidaturas femininas como meio de ampliar a representatividade política. Já eleitores mais conservadores podem ver a candidatura feminina apenas como cumprimento de cotas, principalmente quando há baixa visibilidade e apoio partidário. Uma estrutura de campanha e o protagonismo dessas candidatas podem ser decisivos e influenciar na escolha do eleitor.

A decisão do STF, em 2018, que vinculou os recursos do Fundo Eleitoral à proporção de candidatas, representou um avanço, mas sua eficácia ainda depende do comprometimento partidário em promover condições equitativas para mulheres e grupos de sub-representações. O caso de Uruçuca mostra que, embora haja um aumento progressivo de candidaturas femininas, este não tem se refletido em maior representatividade, exigindo estratégias mais efetivas de inclusão política para que mulheres sejam opções de escolha para os eleitores e, consequentemente, sejam

eleitas. Conforme demonstrado nos dados das eleições municipais de Uruçuca entre 2008 e 2020, observa-se uma sub-representação persistente das mulheres no Legislativo local, apesar de avanços institucionais como a Lei n.º 12.034/2009, que instituiu a reserva mínima de candidaturas por gênero (Chaves e Mancuso, 2020).

Gráfico 1 - Candidatos/as à Vereança

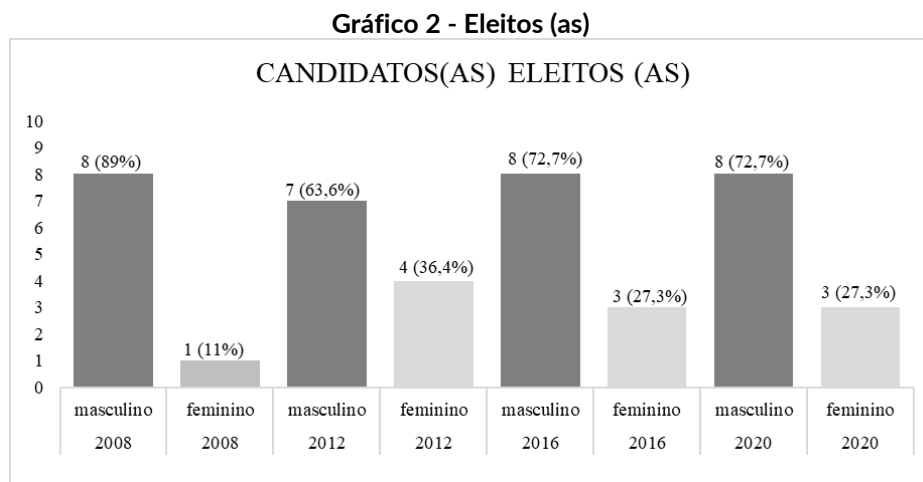


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024).

Segundo Araújo (2005), os sistemas proporcionais seriam vantajosos para as mulheres, pois, nesse modelo, cada partido apresenta uma lista coletiva de candidatos para cada distrito. Essas listas incluem vários nomes, e os partidos têm o incentivo de maximizar o apelo coletivo, incluindo candidatos que representem diversas configurações sociais. Isso torna mais viável a adoção de estratégias de ação afirmativa, como cotas, já que há uma pluralidade mínima de candidatos concorrendo (Araújo, 2005, p. 195-196).

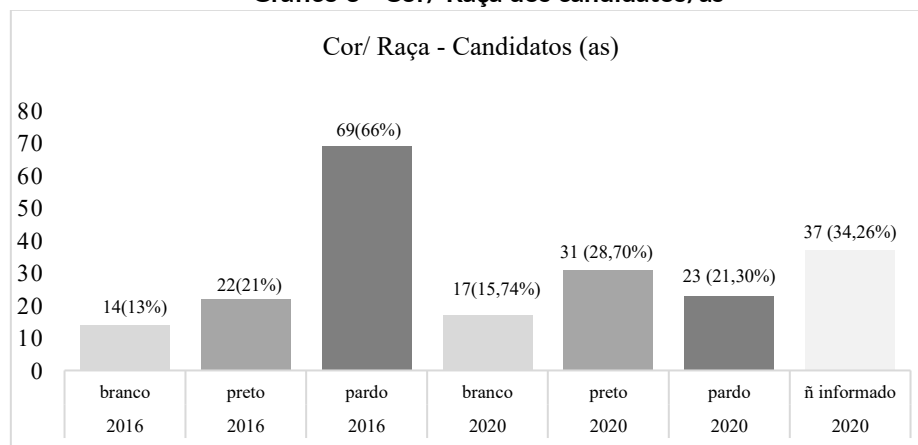
O gráfico 2 revela que, embora tenha havido um crescimento no número de mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Uruçuca entre 2008 e 2020, a representatividade feminina segue inferior à masculina. Apesar do aumento nas candidaturas femininas (Gráfico 1), a sub-representação persiste e reflete um cenário de competição desigual, no qual a menor quantidade de candidatas contribui para o baixo desempenho eleitoral das mulheres. O eleitor começou a votar em mulheres e, mesmo assim, a presença feminina ainda é limitada no legislativo local.

A sub-representação política no Brasil não se limita às mulheres, atinge também a outros grupos sociais, como a população negra. Embora a adoção de cotas eleitorais tenha buscado ampliar a presença feminina nas listas partidárias, há obstáculos à efetiva representatividade feminina na política, sobretudo nas estruturas partidárias (Chaves; Mancuso, 2020; Sacchet; Rezende, 2021). De forma semelhante, a sub-representação da população negra passou a integrar o debate público com maior força durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff, no contexto das discussões sobre a reforma política (Falcão, 2013; Braga, 2013; Cardoso, 2013 *apud* Campos e Machado, 2015, p. 122).



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024)

O gráfico 3 apresenta dados sobre a cor/raça dos candidatos ao Legislativo de Uruçua. É importante destacar que as eleições de 2008 e 2012 não incluíam essa informação no processo de registro, uma vez que apenas com a Resolução n.º 23.405/2014 passou a ser obrigatória a autodeclaração de cor ou raça no Requerimento de Registro de Candidatura (RRC). No cenário nacional, Chaves e Mancuso (2020) apontam que, embora pretos e pardos representassem 53,6% da população brasileira em 2014, apenas 20% dos parlamentares eleitos no Congresso Nacional se autodeclararam como negros, evidenciando a sub-representação racial no sistema político.

Gráfico 3 - Cor/ Raça dos candidatos/as

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024)

Nas eleições municipais de 2016, 66% dos candidatos se autodeclararam “pardos”, mais da metade dos concorrentes às 11 vagas do Legislativo uruçuquense, 21% se inscreveram como pretos e 13% se declararam brancos. Quatro anos depois, as eleições de 2020 tiveram o maior percentual de candidatos que não informaram sua cor ou raça. Cabe destacar que conforme as variáveis informadas no banco de dados do TSE (branca, preta, parda, amarela e indígena), não foram registrados, em nenhuma das eleições analisadas, candidatos autodeclarados amarelos ou indígenas no município de Uruçuca. A ausência desses grupos demonstra uma lacuna importante na diversidade racial das candidaturas e reflete não apenas sobre quem concorre aos pleitos, mas acerca da invisibilidade nos processos de disputa política em nível local.

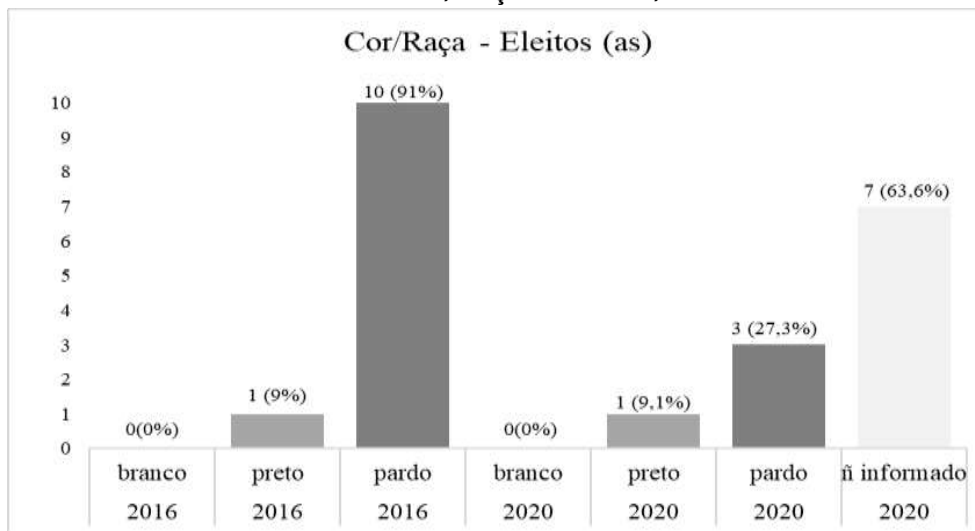
A inclusão da variável raça/cor nos registros de candidatura do TSE tem importância para as futuras análises acerca da sub-representação política dos negros, segundo Rodrigues (2021). Nas eleições municipais de 2020, os índices de autodeclaração de candidatos pretos e pardos indicam progressos relevantes nesse campo. Em Uruçuca, em particular, a maioria dos candidatos se autodeclarou preta ou parda, evidenciando um cenário local que merece atenção no contexto dessas transformações.

Nas eleições analisadas, os candidatos autodeclarados pardos apresentaram o maior índice de candidaturas, ultrapassando os candidatos brancos e pretos, desde

2014, ano em que TSE passou a incluir essa variável cor/raça no registro dos candidatos. Mesmo com a inclusão da variável de cor e raça já vigente no ano de 2020, nota-se que a maioria dos que pleiteou a um cargo na Câmara Municipal de Uruçuca não informou a cor/raça, assim a análise torna-se inconclusiva. Essa falta de informação compromete a clareza dos dados e dificulta uma análise mais precisa acerca da composição racial presentes nas candidaturas do município.

O Gráfico 4 demonstra que nas eleições de 2016, nenhum candidato que se autodeclarou branco foi eleito; apenas um candidato, que se autodeclarou negro, conseguiu uma das cadeiras; e as demais foram ocupadas por candidatos que se autodeclararam pardos. Em 2020, como visto no Gráfico 3, dos 31 candidatos concorrentes, sete deles, que conseguiram vencer o pleito, não declararam a cor/raça, totalizando 63,6%. Assim como o gráfico anterior aponta, a análise de 2020 acerca da variável cor/raça torna-se inconclusiva. Em comparação à eleição anterior, na qual dez candidatos se elegeram, neste pleito, três candidatos autodeclarados pardos venceram as eleições. Novamente, nenhum autodeclarado branco venceu em 2020, assim como em 2016.

Os resultados das eleições de 2020 para a Câmara Municipal de Uruçuca evidenciam variações na representatividade racial e de gênero, embora a análise tenha sido prejudicada pela ausência de autodeclaração de cor/raça por parte de alguns candidatos. Mesmo após seis anos da obrigatoriedade desse registro, a incompletude dos dados ainda limita a compreensão plena da dinâmica racial nas candidaturas. Observou-se maior sucesso eleitoral entre candidatos autodeclarados pardos, que obtiveram êxito nos pleitos de 2016 e 2020. No recorte de gênero, apesar do aumento no número de candidaturas femininas em 2020, as mulheres continuaram apresentando menor taxa de sucesso eleitoral em comparação aos homens.

Gráfico 4 - Cor/ Raça dos eleitos/as²

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024)

Diversos fatores influenciam as chances de sucesso nas eleições municipais, incluindo gênero, raça e identificação dos eleitores com os candidatos. Segundo Campos e Machado (2015), a sub-representação de pretos e pardos pode estar relacionada a barreiras institucionais e partidárias para candidaturas desses grupos, especialmente no Legislativo federal, enquanto a sub-representação feminina (Araújo, 2005 *apud* Campos; Machado, 2015, p. 122) reflete a limitada presença nas listas partidárias. Em Uruçuca, os candidatos autodeclarados pardos apresentaram maior representatividade nas eleições analisadas, ao passo que candidatos brancos não conquistaram cadeiras nas disputas observadas. Esses dados sugerem que o sentimento de pertencimento entre eleitores e candidatos pode influenciar significativamente os resultados eleitorais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender como as desigualdades estruturais, particularmente de gênero e raça, influenciam a dinâmica eleitoral em contextos municipais. A partir da análise das eleições de 2008 a 2020 no município de Uruçuca, Bahia, observou-se que a representatividade política segue marcada por assimetrias

² Nas eleições de 2008 e 2012 não incluíam essa informação cor e raça no processo de registro, passando a ser obrigatória a autodeclaração de cor ou raça no Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) a partir da Resolução n.º 23.405/2014.

profundas. Apesar dos avanços normativos, como a implementação da Lei n.º 12.034/2009, que promove a participação de mulheres na política, a presença feminina nos cargos eletivos permanece reduzida. A produção da legislação das políticas públicas ocorre, historicamente, em um contexto marcado pela predominância de homens brancos nos espaços de decisão, o que limita a incorporação de gênero e raça nos processos políticos (Biroli, 2018, p. 209).

Os dados revelam a prevalência de candidaturas masculinas e pardas nas eleições municipais de Uruçuca, destacando o desempenho do partido Democratas (DEM). Ainda que pessoas pardas constituam parcela expressiva da população brasileira, conforme o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, e se façam presentes em número relevante entre os candidatos, sua participação entre os eleitos não é proporcional a essa representatividade populacional nacional. Esse quadro indica que, apesar do quantitativo das candidaturas, persiste a sub-representação nos cargos legislativos. Nesse sentido, se faz importante problematizar tanto as condições de acesso às candidaturas de grupos historicamente excluídos quanto às barreiras que dificultam sua efetiva eleição.

Ao abordar um município de pequeno porte, este estudo contribui para o alargamento do escopo da literatura sobre política local e comportamento eleitoral no Brasil, destacando a importância de se considerar contextos periféricos na análise do sistema representativo. As conclusões aqui apresentadas reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso de grupos historicamente excluídos de espaços de poder, bem como de mecanismos partidários que assegurem competitividade e equidade nas disputas eleitorais.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre as interseções, à nível municipal, entre desigualdade, cultura política e organização partidária, com especial atenção aos fatores que condicionam a viabilidade eleitoral de candidaturas pertencentes a grupos sub-representados. Tal realidade acontece em espaço público e nas instituições modernas, revelando um padrão de exclusão e de marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados (Araújo, 2005), que perpassam as diferentes esferas eleitorais brasileiras. Assim, se faz necessário um investimento em políticas públicas mais eficazes e que o sistema partidário seja comprometido com a ampliação do acesso e da competitividade eleitoral para mulheres, pessoas negras e demais grupos marginalizados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193–215, jun. 2005.

ARQUER, Monize. Voto, partidos e contexto: uma análise da volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros entre 2000 e 2012. **Revista OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 24, n.º 3, set.-dez., p. 670-698, 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 33–43, jun. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE URUÇUCA. **Dados municipais**, 2024. Disponível em: <https://www.camaurucuca.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos Augusto. A Cor dos Eleitos: Determinantes da Sub-representação Política dos Não-Brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, pp. 121-151, 2015.

CARNEIRO, Leandro Piquet; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 403–432, 2008.

CASTRO, Mônica Mata Machado. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 7–19, 1992.

CAVALCANTE, Pedro. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 87-104, abr. 2015.

CHAVES, Beatriz Mendes; MANCUSO, Wagner Pralon. Raça e gênero nas eleições brasileiras: uma análise sobre a influência de marcadores sociais na disputa à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas em 2018. In: **Anais do 1º Seminário Discente de Ciência Política da UFPR**, Curitiba–PR, Brasil, 2020.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. **Decisão do voto: democracia e racionalidade**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Sumaré: ANPOCS, 1991

FLEISCHER, David. As eleições legislativas no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **OPINIÃO PÚBLICA**, VIII, n. 1, pág. 80-105, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência de Notícias IBGE**, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uruçuca (BA). **Cidades e Estados**. Brasília: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/urucuca.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uruçuca (BA). In: **Cidades IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urucuca/pesquisa/10105/291903>. Acesso em: 10 set. 2025.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, out. 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: Federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 15-33, jan./jun. 2009.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Araraquara: Laboratório Editorial FCLAR/Unesp, 2016.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DIAS, André Luiz Vieira. O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 60- 95, jan.-abr. 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MATTOS, Enlinson; GARCEZ, Lucas. Desmembramento de municípios: impactos sobre as eleições legislativas municipais. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 4, p. 832-849, out. 2017.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; LEAL, João Gabriel Ribeiro Pessanha; MARQUES, Larissa Martins; SOUZA, Renato Barreto. Reeleição de Prefeitos e o Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 em 2020. **Dados**, v. 67, n. 4, p. e20220110, 2024.

PRZEWORSKI, Adam. **Defending Democracy** (January 21, 2024). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4701964>. Acesso em: 26 mai. 2024.

ROCHA, Marta Mendes. Governismo local: relação Executivo-Legislativo em municípios do estado de Minas Gerais. **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 189-229, jan. 2021.

ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In: KERBAUY, M. T. M.; ROCHA, M. M. da (Org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 17- 34, 2014.

RODRIGUES, Carla. Análise da ADPF n.º 738: avanço histórico para a participação de negros e pardos na política brasileira. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral - RBDE**, Belo Horizonte, ano 13, n. 24, p. 43-57, jan./jun. 2021. p. 52.

SACCHET, Teresa; REZENDE, Daniela. Apresentação do dossiê: partidos políticos, gênero e raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, p. 156-161, maio/ago. 2021.

SILVA, Márcia. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Sociedade & Natureza** [online]. 2008, v. 20, n. 2 [Acessado 20 de Julho de 2024], pp. 69-78..

TSE- Tribunal Superior Eleitoral (2024). **Conjunto de Dados. Candidatos**: dados abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?groups=candidatos>. Acesso em: 18 ago. 2024.

VASQUEZ, Vitor; CURI, Henrique; SILVA, Bruno Souza da. Prefeitos e a Construção do Apoio Legislativo nos Municípios. **Dados**, v. 64, n. 2, p. e20190217, 2021.